



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 181/XIII/ 3.^a SL

Aos 2 dias do mês de maio de 2018, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1.^a parte

Audição do Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República

2.^a parte

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 179/XIII/3.^a e 180/XIII/3.^a, relativas às reuniões de 24 e 27 de abril de 2018

2. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 166/XIII/1.^a (PCP) – “Eliminação das portagens na A28, A41 e A29.”

3. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 724/XIII/2.^a (BE) – “Recomenda ao Governo a adoção de medidas que modernizem e introduzam transparência no setor do táxi”

4. Apreciação da informação sobre a discussão em Comissão dos Projetos de Resolução n.ºs 1343/XIII/3.^a (PCP) – “Pela preservação e valorização do Porto Comercial de Faro”, 1345/XIII/3.^a (PCP) – “Pelo aproveitamento pleno das potencialidades do Porto Comercial de Portimão”, 1347/XIII/3.^a (PCP) – “Pela criação da Administração dos Portos do Algarve, integrando todos os portos comerciais, de pesca e de recreio da região algarvia”, 1491/XIII/3.^a (BE) – “Recomenda ao Governo a criação da administração dos Portos do Algarve e a requalificação e valorização dos Portos Comerciais de Portimão e de Faro”, 1494/XIII/3.^a (CDS-PP) – “Recomenda ao Governo que, no âmbito da sua reconversão, pondere a não extinção do Porto Comercial de Faro e concretize com a rapidez possível as obras de melhoria previstas para o Porto de Portimão”, 1495/XIII/3.^a (PS) – “Pela dinamização dos Portos do Algarve e da estratégia de dinamização do transporte marítimo” e 1528/XIII/3.^a (PSD) –



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 181/XIII/ 3.ª SL

“Recomenda ao Governo concretize os investimentos previstos a requalificação, valorização e desenvolvimento do potencial dos Portos de Portimão e Faro e atividades associadas”

5. Outros assuntos

1.ª parte

Audição do Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República

Iniciada a audição, o Senhor Presidente deu as boas vindas ao Ministro do Planeamento e das Infraestruturas e aos Secretários de Estado das Infraestruturas e do Desenvolvimento e Coesão, que o acompanhavam.

Após a intervenção inicial do Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, usaram da palavra, na primeira ronda de perguntas, os Senhores Deputados Paulo Rios de Oliveira (PSD), Carlos Pereira e Pedro Coimbra (PS), Heitor de Sousa (BE), Hélder Amaral (CDS-PP) e Bruno Dias (PCP), tendo o Senhor Ministro respondido individualmente aos Senhores Deputados e o Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas complementado uma das respostas.

Na segunda ronda de perguntas foram solicitados esclarecimentos adicionais pelos Senhores Deputados Paulo Rios de Oliveira (PSD), Hortense Martins (PS), Heitor de Sousa (BE) e Bruno Dias (PCP), os quais foram prestados pelo Senhor Ministro em resposta conjunta.

Finalmente, na terceira ronda de perguntas intervieram os Senhores Deputados Joel Sá e Paulo Neves (PSD), Ana Passos (PS), Maurício Marques e Fátima Ramos (PSD), Fernando Jesus (PS), Helga Correia e Rui Silva (PSD), Hugo Costa (PS), Pedro Alves e Álvaro Batista (PSD), Hortense Martins (PS), Bruno Dias (PCP), Ernesto Ferraz (BE), Cristóvão Norte e José António Silva (PSD), José Rui Cruz (PS), Luís Vales e



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 181/XIII/ 3.^a SL

António Coimbra (PSD), Pedro Coimbra (PS), António Costa e Silva (PSD) e Carlos Pereira (PS), tendo o Senhor Ministro do Planeamento e das Infraestruturas respondido a final.

A audição foi objeto de [gravação](#), a qual faz parte integrante desta ata e pode ser consultada na página da Comissão na Internet.

2.^a parte

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 179/XIII/3.^a e 180/XIII/3.^a, relativas às reuniões de 24 e 27 de abril de 2018

Submetidas a votação, as atas n.ºs 179/XIII/3.^a e 180/XIII/3.^a, relativas às reuniões de 24 e 27 de abril de 2018, foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do PEV e do PAN.

2. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 166/XIII/1.^a (PCP) – “Eliminação das portagens na A28, A41 e A29.”

O Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) apresentou a iniciativa, referindo que esta era uma proposta reiteradamente apresentada pelo seu Grupo Parlamentar. Argumentou que a introdução destas portagens beneficiava exclusivamente as concessionárias, que obtiveram lucros acentuadíssimos, com graves prejuízos para a população e para o tecido económico. Fez referência a dados do Instituto Nacional de Estatística que apresenta no projeto de resolução que confirmam esse facto, e que este argumento era apenas uma constatação daquilo que o PCP tem dito desde o início da introdução de portagens nestas vias, que teriam um grave impacto no tecido económico-social e constituem uma renda que os utentes daquelas estradas pagam para usufruir de uma via de comunicação que deveria ser suportada pelo Estado. Concluiu, reiterando a proposta e dando conta dos termos resolutivos.

Usaram da palavra os Senhores Deputados Ricardo Bexiga (PS), Heitor de Sousa (BE), Paulo Rios de Oliveira (PSD) e Pedro Mota Soares (CDS-PP).



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 181/XIII/ 3.^a SL

O Senhor Deputado Ricardo Bexiga (PS) referiu que o seu partido gostaria muito de reduzir as portagens em causa, mas tem uma visão mais realista do impacto de uma decisão como essa nas contas do Estado e em função da discriminação positiva, tendo em conta as políticas públicas de proteção das populações não só no Grande Porto mas em todo o país. Lembrou a portaria de 2016 mediante a qual o Governo procedeu à redução do valor de várias portagens, em função dos objetivos de discriminação positiva, nomeadamente nos concelhos mais desfavorecidos, o que, afirmou, não era o caso das vias referidas no PJR em apreciação, tendo dado vários exemplos. Afirmou que, sendo sempre positivo reduzir o valor das portagens ou até aboli-las, o impacto financeiro da proposta do PCP não era comportável com o objetivo principal de discriminar positivamente os territórios mais desfavorecidos, em função das políticas públicas pensadas para cada território e proteção dos interesses das respetivas populações. Concluiu, reiterando que, percebendo o espírito desta proposta, o PSD não a podia acompanhar, tendo em conta o seu impacto financeiro e o facto de não permitir novas reduções de portagens em territórios que devem ser discriminados positivamente pelas dificuldades que passam.

Por sua vez, o Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) começou por lembrar que algumas das vias referidas neste PJR eram ex-SCUT mas outras não, e que a A41 era uma Circular Regional Exterior do Porto (CREP). Defendeu que a CREP e a A9, a Circular Regional Exterior de Lisboa (CREL) tinham a mesma função, que tinha sido desvirtuada com a introdução de portagens, o que levou a um desvio de tráfego para as vias não portajadas. Defendeu que se deveria tratar de forma diferente o que era diferente, que a CREL e a CREP deveriam deixar de ter portagens, com efeitos na fluidez e descongestionamento de tráfego de outras vias, benéfico para a mobilidade tanto de pessoas como de mercadorias. Expressou concordância genérica com o PJR do PCP, mas defendeu um novo modelo de financiamento das infraestruturas rodoviárias que acabe com o princípio do utilizador/pagador, que discrimina e desequilibra o desenvolvimento dos territórios, e que adote um princípio da gestão da mobilidade de forma integrada em todo o território nacional.

Pelo Senhor Deputado Paulo Rios de Oliveira (PSD) foi afirmado que o PCP apresentava esta iniciativa para marcar posição política, que o assunto era complexo e



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 181/XIII/ 3.^a SL

relevante, com impacto na mobilidade, na receita e na economia. Referiu a diferença conceptual na abordagem deste tema entre o PCP e o PSD, e defendeu que a abordagem deste tema, desta forma e com esta ligeireza, corria o risco de tentar olhar para parte do problema sem análise do que devia ficar, do que devia ser suprimido e se isso era possível. Concluiu, afirmando que o PSD não se revia na intenção, nem no conteúdo nem na solução proposta.

O Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP) afirmou que a discussão da matéria merecia uma ponderação maior e lembrou que esta discussão já tinha sido feita outras vezes. Referiu também que este ano já tinha ocorrido o terceiro aumento consecutivo das portagens, inclusive daquelas que o Governo tinha anunciado que iriam baixar., com um impacto relevante, lembrando uma audição na Comissão em que um empresário do interior do país informava que já estava a pagar mais em portagens do que pagava em 2015. Concluiu, referindo que essa era uma reflexão que a Comissão deveria voltar a fazer.

Encerrou a discussão o Senhor Deputado Jorge Machado (PCP), para realçar as reticências do PS quanto a esta proposta por causa dos impactos. A este propósito, afirmou que importava demonstrar o impacto que a existência de portagens tem nas contas públicas. Deu o exemplo da A28, lembrando que tinha sido construída com fundos comunitários e atualmente era uma mina para a concessionária. Questionou pela avaliação dos impactos na sinistralidade, na economia, no desenvolvimento local e nos custos suportados pelos empresários das regiões. Reiterou que as concessionárias eram as grandes beneficiárias, para elas era positiva a existência das portagens, tendo expressado dúvidas de que o mesmo acontecesse para o Estado. Afirmou que as vias aqui em discussão não estavam sujeitas ao regime de discriminação positiva nem era isso que estava em causa com este PJR. Concordou com a afirmação de que a A41 tem natureza diferente, com função de mobilidade e escoamento de tráfego que é importante, mas, referiu, muitas vezes está vazia e não cumpre as suas funções, porque ninguém consegue pagar aquelas portagens. Concluiu, referindo que não se surpreendia com a abordagem do PSD e reiterando que apresentava uma solução para resolver a questão das portagens, recordando que desde o império romano a construção das estradas era responsabilidade do Estado.



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 181/XIII/ 3.^a SL

3. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 724/XIII/2.^a (BE) – “Recomenda ao Governo a adoção de medidas que modernizem e introduzam transparência no setor do táxi”

O Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) apresentou, nos seus termos, o Projeto de Resolução n.º 724/XIII/2.^a (BE) - " Recomenda ao governo a adoção de medidas que modernizem e introduzam transparência no setor do táxi", notando ser da 2.^a Sessão legislativa e que será apresentado à votação na próxima 6.^a feira, para além dos outros Projetos de Resolução só agora propostos para discussão conjunta, e enquadrando este debate na discussão do veto do Presidente da República do Decreto da Assembleia da República relativo ao TVDE.

Concluiu defendendo a necessidade:

- da modernização do setor do táxi,
- de reforçar a transparência, e
- de passar a emissão de licenças de táxi a pessoal, havendo devolução à Câmara municipal que as emitiu, quando o titular deixe de conduzir o táxi.

**4. Apreciação da informação sobre a discussão em Comissão dos
Projetos de Resolução n.ºs 1343/XIII/3.^a (PCP) – “Pela preservação e
valorização do Porto Comercial de Faro”, 1345/XIII/3.^a (PCP) – “Pelo
aproveitamento pleno das potencialidades do Porto Comercial de
Portimão”, 1347/XIII/3.^a (PCP) – “Pela criação da Administração dos
Portos do Algarve, integrando todos os portos comerciais, de pesca e de
recreio da região algarvia”, 1491/XIII/3.^a (BE) – “Recomenda ao Governo a
criação da administração dos Portos do Algarve e a requalificação e
valorização dos Portos Comerciais de Portimão e de Faro”, 1494/XIII/3.^a
(CDS-PP) – “Recomenda ao Governo que, no âmbito da sua reconversão,
pondere a não extinção do Porto Comercial de Faro e concretize com a
rapidez possível as obras de melhoria previstas para o Porto de**



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 181/XIII/ 3.^a SL

Portimão”, 1495/XIII/3.^a (PS) – “Pela dinamização dos Portos do Algarve e da estratégia de dinamização do transporte marítimo” e 1528/XIII/3.^a (PSD) – “Recomenda ao Governo concretize os investimentos previstos a requalificação, valorização e desenvolvimento do potencial dos Portos de Portimão e Faro e atividades associadas”

A Senhora Deputada Ana Passos (PS) solicitou a inclusão na informação da última afirmação que tinha feito na sua intervenção, aquando da discussão destes projetos de resolução.

Tendo o Senhor Presidente informado que seria acrescentada essa afirmação, foi considerada a informação conforme, estando em condições de ser enviada à Mesa da Assembleia da República, para que os projetos de resolução possam ser votados em plenário.

5. Outros assuntos

O Senhor Presidente informou que tinha dado entrada na Comissão um requerimento do PSD para audição do ex-Ministro Manuel Pinho e que, havendo consenso, o que parecia verificar-se, podia ser discutido e votado neste ponto da ordem do dia.

O Senhor Deputado Emídio Guerreiro (PSD) apresentou o requerimento de forma sucinta, tendo referido o debate público havido nos últimos dias e considerou ser o momento oportuno para que a Assembleia da República começasse a olhar para um conjunto de situações relacionadas com o comportamento dos decisores, o seu trajeto enquanto tal e as suas consequências. Referiu ainda o relacionamento entre vários temas, muitos dos quais estavam na esfera da justiça mas em relação aos quais era hora de prestar esclarecimentos políticos.

Usou da palavra, a este respeito, o Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE), para referir a proposta do seu grupo parlamentar de constituição de uma comissão de inquérito às redas da EDP, que incluirá a audição, entre outros, do ex-Ministro Manuel



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 181/XIII/ 3.^a SL

Pinho, pelo que entendia ser mais prudente saber o desenvolvimento dessa comissão de inquérito.

O Senhor Deputado Carlos Pereira (PS) lembrou que o seu partido já tinha referido publicamente que essa comissão de inquérito teria um âmbito mais vasto e que o PS não tomaria posição sobre essa matéria nesta sede, estando disponível para aprovar o requerimento em apreço.

Por sua vez, o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) referiu que a subordinação dos sucessivos governos ao poder económico era um dos elementos que corroía a democracia. Afirmou que da mesma forma que o PCP tinha alertado, na comissão de inquérito ao BES para a necessidade de não afunilar a responsabilidade numa pessoa chamada Ricardo Salgado, também agora alertava para não se afunilar a subordinação do poder político ao poder económico em Manuel Pinho. No entanto, prosseguiu, registava que parecia que o PSD tinha finalmente descoberto que havia problemas no setor da energia e, se tivesse esclarecido o problema dos superlucros dos CMEC durante o anterior Governo, não se estaria agora a fazer esta discussão. Concluiu no sentido de que o PCP estava disponível para realizar a audição proposta e contribuir para o aprofundamento das matérias em discussão.

Pelo Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP) foi afirmado que o seu grupo parlamentar já tinha anunciado que votaria a favor deste requerimento. Entendeu relevante obter explicações políticas na Assembleia da República e, sabendo que há um processo judicial em curso, não confundia os dois planos, pois do ponto de vista político o ex-Ministro teria de dar uma explicação, no Parlamento, e o mais rapidamente possível, não obstante a existência próxima da comissão de inquérito, que ainda teria de cumprir os trâmites processuais necessários para a sua criação.

Finalmente, o Senhor Deputado Emídio Guerreiro (PSD) afirmou que, havendo uma votação favorável, o seu grupo parlamentar pretendia que a audição se fizesse o mais rapidamente possível e referiu casos em que as pessoas eram ouvidas numa comissão permanente e depois numa comissão de inquérito.



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 181/XIII/ 3.^a SL

Submetido o requerimento a votação, foi o mesmo aprovado, com votos a favor do PSD, do PS, do CDS-PP e do PCP e a abstenção do BE.

De seguida, o Senhor Presidente lembrou que a Comissão já tinha recebido a indicação por parte o PSD e do PCP dos Deputados que integrariam a delegação da Comissão na deslocação aos Açores, faltando essa indicação por parte o PS, do BE e do CDS-PP, instando a que o fizessem o mais rapidamente possível.

Finalmente, deu conta de ter sido distribuído o programa do Fórum de Segurança Rodoviária 2018, o qual era promovido pela Comissão e se iria realizar no dia 8 de maio, a partir das 14 horas, no Auditório António de Almeida Santos.

A reunião foi encerrada às 14:50 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 04 de maio de 2018.

O PRESIDENTE

(HELDER AMARAL)



COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 181/XIII/ 3.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Passos
Bruno Dias
Carlos Pereira
Carlos Silva
Cristóvão Norte
Emídio Guerreiro
Fátima Ramos
Fernando Jesus
Heitor de Sousa
Helder Amaral
Helga Correia
Hortense Martins
Hugo Costa
Hugo Pires
Joel Sá
Luís Campos Ferreira
Luís Moreira Testa
Paulo Rios de Oliveira
Pedro Coimbra
Pedro Mota Soares
Ricardo Bexiga
Álvaro Batista
António Costa Silva
António Topa
António Ventura
Ernesto Ferraz
João Paulo Correia
Jorge Machado
José António Silva
José Rui Cruz
Luís Vales
Maurício Marques
Paulo Neves
Pedro Alves
Rui Silva

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

André Silva
Fernando Virgílio Macedo
Heloísa Apolónia